



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

131
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0329508-9

COMARCA: Tabira

APELANTE (S): Estado de Pernambuco

APELADA (S): Maria Dalma Rodrigues Ferreira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO RANIBIZUMABE (LUCENTIS - REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 1.0068.1056). PACIENTE PORTADORA DE MEMBRANA NEOVASCULAR SUBRETINIANA POR DEGENERAÇÃO MACULAR RELACIONADA À IDADE (DMRI) - (CID 10 H35.3). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A imprescindibilidade da medicação solicitada resta evidenciada pela apreciação da 'solicitação médica' e da 'prescrição médica' acostadas aos autos, subscritas pelo Dr. Tiago Cavalcanti (CRM 16.562), da Oftalmo Zona Sul, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige a paciente Maria Dalma Rodrigues Ferreira, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 6. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a reformar a sentença de primeiro grau (fls. 90/97), e a limitar a obrigação do Estado ao fornecimento de 03 (três) frasco ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS) - para aplicação de 01 (uma) injeção mensal, intravítrea, no olho direito, durante 03 (três) meses.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0329508-9, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de ^{m m b} de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0329508-9
COMARCA: Tabira
APELANTE (S): Estado de Pernambuco
APELADA (S): Maria Dalma Rodrigues Ferreira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Tabira, nos autos da **Ação Ordinária** nº 0002829-94.2012.8.17.1420, que julgou procedente o pedido da autora, ora apelada, nos seguintes termos:

*"Diante do exposto, com esteio nos arts. 196 e seguintes, da Constituição Federal, julgo **PROCEDENTE** o pedido contido na inicial, para **condenar** o réu no fornecimento do medicamento Ranibizumabe (Lucentis), conforme prescrito fls. 17; e, **manter** a decisão que antecipou a tutela específica.*

Em consonância com a súmula 421, do STJ, deixo de condenar o réu em honorários advocatícios, uma vez que os mesmos não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa de direito público a qual pertence.(...)"

Irresignado com o deferimento da antecipação de tutela (fls.29/40), o Estado de Pernambuco aforou Agravo de Instrumento (nº 0283346-1, fls.69/80), ao qual se negou seguimento, vindo a ser devolvido ao juízo de origem em 05/09/2013, conforme se depreende de consulta efetuada ao sítio de acompanhamento processual deste Tribunal (sistema JUDWIN).

Na via ordinária, a autora/apelada, portadora de membrana neovascular subretiniana por degeneração macular relacionada à idade (DMRI) - (CID 10 H35.3), sustenta que tal patologia lhe acarreta baixa acuidade visual no olho direito, razão pela qual pugna pelo fornecimento do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056) - na quantidade de 06 (seis) ampolas, aplicando-se 01 (uma) ampola, intravítrea, por mês, no olho direito, nos primeiros 03 (três) meses, seguido de uma ampola a cada 03 (três) meses -, e bem assim pela garantia de que o respectivo fornecimento seja mantido enquanto necessário, conforme preceituam a 'solicitação médica' (fl.16) e a 'prescrição médica' (fl.17), subscritas pelo Dr. Tiago Cavalcanti (CRM 16.562), da Oftalmo Zona Sul.

Assevera a autora/apelada a imprescindibilidade do referido medicamento, posto que "esse é o único tratamento que tem concretas possibilidades de manter ou melhorar a visão comprometida pela doença supracitada.", e bem assim que "a evolução dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

pacientes não tratados é geralmente cegueira legal e permanente", conforme se depreende da 'prescrição médica' mencionada (fl.17).

Nesse sentido, aduz ter requisitado o referido medicamento à Secretaria de Saúde de Pernambuco, sendo tal pleito indeferido (fls.18/22-verso) sob o fundamento de que **"O medicamento solicitado ainda não está disponível gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde."**

Nesse panorama, a autora/apelada aponta como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 5º, caput, 6º, e 196, c/c os arts. 219/224 da Constituição Estadual, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

O Estado interpôs o presente apelo (fls.103/106) arguindo, em suma: (i) que o Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056) é um medicamento que se apresenta em ampola de 0,23ml, com 10mg/ml da droga, utilizando-se, em cada aplicação, 0,5 mg/0,05 ml de cada ampola, a qual é suficiente para 4,6 aplicações/doses; (ii) que a medicação em lume, prescrita por médico particular, seria por ele aplicada, razão pela qual se indaga: *"aplicada na parte autora uma dose de cada vez durante o período prescrito, o que será feito das 3,6 doses restantes de cada ampola pleiteada (...)?"*; (iii) que ao prescrever 06 (seis) doses iniciais do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056) à autora/apelada, o médico particular que a assiste estaria antevendo uma falha no tratamento da mesma, que é realizado administrando-se 01 (uma) injeção por mês, nos 03 (três) primeiros meses, seguidos de monitoramento pelo oftalmologista, que apenas indicará a utilização de novas doses do medicamento se não houver resposta satisfatória; (iv) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso; requerendo, ao final, (v) *"a reforma da sentença para limitar o fornecimento do LUCENTIS à posologia indicada pelo fabricante do mesmo na respectiva bula, ou seja, 03 (três) ampolas, condicionando-se a liberação das demais ampolas à comprovação da sua necessidade atestada por avaliação de médico público, com apresentação de receitas atualizadas"*.

Em suas contra-razões (fls.108/109), reitera a autora/apelada os termos da exordial, e pugna pela manutenção da sentença vergastada.

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls.120/123) *"pelo NÃO PROVIMENTO DO APELO, devendo ser mantida, na íntegra, a sentença vergastada."*

É o relatório. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 29 de abril de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
 Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

132
8

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0329508-9
COMARCA: Tabira
APELANTE (S): Estado de Pernambuco
APELADA (S): Maria Dalma Rodrigues Ferreira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, pugna a autora/apelada, pelo fornecimento, em forma prescrita pelo profissional que a acompanha (fls.16/17), da medicação Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056), por não ter condições de arcar com a respectiva compra.

Anoto que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198).

A imprescindibilidade da medicação solicitada resta evidenciada pela apreciação da 'solicitação médica' (fl.16) e da 'prescrição médica' (fl.17), subscritas pelo Dr. Tiago Cavalcanti (CRM 16.562), da Oftalmo Zona Sul, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado.

Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa.

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige a paciente Maria Dalma Rodrigues Ferreira, atestada pelos documentos acostados aos autos (fls.16/25), pelo que o atendimento ao referido pleito é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.

Ademais, a jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono o aresto seguinte:





133
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.
3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda).

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

EMENTA:

PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem,





134
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional incosequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes." (RE - AgR 393175/RS, Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 12/12/2006)".

Como antevisto, é fora de dúvida que a apelada é portadora de membrana neovascular subretiniana por degeneração macular relacionada à idade (DMRI), patologia que ensejou o ajuizamento da presente ação pleiteando, para o tratamento respectivo, o fornecimento do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056).

E com relação a tal medicamento, subsistem certas peculiaridades a serem destacadas.

Conforme demonstra a Nota Técnica GAJ nº 0889/2012 (fls.19/22-verso), subscrita pelo farmacêutico César Augusto Wanderley Ayres (CRF/PE 3789), e a própria bula do medicamento, o Ranibizumabe (LUCENTIS) se apresenta em ampola de 2,3mg/0,23ml, com 10mg/ml da droga, devendo-se utilizar, em aplicações realizadas a cada 04 (quatro) semanas/mensalmente, a dose de 0,5 mg/0,05 ml de cada ampola.

A mesma Nota Técnica GAJ nº 0889/2012 assegura que "O tratamento é iniciado com uma fase de carga de uma injeção por mês, durante três meses consecutivos, seguida de uma fase de manutenção durante a qual os doentes devem ser monitorizados mensalmente quanto à acuidade visual."

Assim, e em sendo as aplicações mensais, pode-se aferir que será necessário o fornecimento de 03 (três) ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS) à





135
E

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

autora/apelada, a serem aplicadas na quantidade de 01 (uma) ampola/mês, intravítrea, no olho direito, durante 03 (três) meses consecutivos.

Ademais, é certo que após os 03 (três) primeiros meses de uso do referido medicamento, quando se adentra na denominada 'fase de manutenção', deverá o paciente ser monitorado mensalmente pelo oftalmologista, que, mediante laudo médico circunstanciado, indicará a utilização de novas doses do medicamento, se até então não houver resposta satisfatória.

Isto sem prejuízo da possibilidade de outras aplicações serem ulteriormente deferidas, a tempo e modo, acaso o médico assistente, uma vez concluídas as primeiras aplicações, venha a atestar, de modo circunstanciado, que o quadro clínico resultante exige a complementação do tratamento.

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a reformar a sentença de primeiro grau (fls. 90/97), e a limitar a obrigação do Estado ao fornecimento de 03 (três) frasco ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS) - para aplicação de 01 (uma) injeção mensal, intravítrea, no olho direito, durante 03 (três) meses.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator